

Ata nº 9 / XIII / 1.ª SL

Aos doze dias do mês de janeiro de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

- 1. Informações gerais;**
- 2. Apreciação do Relatório e Parecer do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – Não é o momento de continuarmos como dantes COM (2015) 610**
 - **Deputado autor do parecer:** Jorge Moreira da Silva - PSD
- 3. Requerimento do Grupo Parlamentar do BE, que solicita a audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre os fatores de risco internacional**
 - **Apreciação e votação**
- 4. Aprovação de Atas**
 - Ata n.º 04 de 1 de dezembro de 2015
 - Ata n.º 08 de 5 de dezembro de 2015
- 5. Outros assuntos**

Ponto 1.

Aberta a reunião, o Senhor **Presidente da Comissão** deu as boas vindas a todos os Senhores Deputados, tendo informado o plenário sobre as seguintes matérias:

- Relativamente à visita de trabalho do chairman do CAD/OCDE, o Senhor Erik Solheim, está oficialmente confirmada a sua presença para audição no próximo dia 29 de janeiro, sexta-feira, pelas 14.15 horas, existindo a possibilidade de a sessão pública de apresentação do Relatório Interpares sobre a cooperação portuguesa vir a ter lugar na

sala do Senado, aguardando-se a posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) acerca do assunto.

- Chegou à Comissão o calendário proposto pelo MNE para realização das audições regimentais, com o seguinte teor:

1. ^a	OE	(sem data prevista)
2. ^a	Abril	4. ^a semana
3. ^a	Maio	4. ^a semana
4. ^a	Julho	2. ^a semana

Na opinião do Senhor **Presidente**, estas audições devem ter início pelas 16 horas ou meia hora antes, caso haja necessidade. Submetida à votação, o calendário acima referido foi aprovado por unanimidade. Pediu o Senhor Presidente, ainda sobre esta matéria, que os serviços indagassem junto do MNE se já existe data previsível para a regimental dedicada à apresentação do orçamento.

- Foi remetida pela Comissão de Assuntos Europeus Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à luta contra o terrorismo e que substitui a Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho relativa à luta contra o terrorismo [[COM\(2015\)625](#)]. Esta Proposta consta do Programa de Trabalho da Comissão/2015, e embora não tenha sido selecionada pela CNECP, por ser alvo de escrutínio pelos Senhores Deputados que assim o entendam, até 25 de janeiro.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** manifestando a intenção de escrutinar esta iniciativa, assumindo o próprio a apresentação do respetivo Relatório.

Em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, a Senhora **Deputada Assunção Cristas** apresentou uma proposta de organização pela Comissão de um evento assinalando os 20 anos da CPLP (17 de julho), que seria dedicado ao tema “Língua Portuguesa no Mundo”, em formato de colóquio, de acordo com o previsto no plano de atividades.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** afirmando nada ter a objetar à iniciativa proposta, nos moldes sugeridos.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** defendendo que o foco da efeméride fosse colocado na Cultura, realidade mais ampla e abrangente do que apenas a questão da Língua.

Seguidamente, interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para concordar com esta iniciativa, sublinhando o cuidado que deve ser posto na preparação do evento, alargando-o à Cultura e a outras áreas de interesse para Portugal.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para, além de concordar com o alargamento do âmbito temático da iniciativa, sublinhar a importância de, no mesmo âmbito, promover a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), defendendo a participação de representantes dos próprios países em apreço. Deve, ainda, discutir-se o formato mais adequado para o evento.

Interveio o Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)**, para defender o alargamento desta iniciativa às áreas não só da cultura como também às da mobilidade entre países e diplomacia económica, só assim se celebrando como se impõe os 20 anos da CPLP.

Interveio a Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** que lembrou que a efeméride contará certamente com iniciativas semelhantes promovidas pelo Governo, pelo que a iniciativa parlamentar seria sempre mais modesta. Propôs, ainda, a constituição de um grupo de trabalho para preparação deste evento.

Usou da palavra a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** que lembrou existir uma CPLP para a Justiça, a qual funciona de forma autónoma à própria CPLP, aspeto muito relevante ao nível da aproximação da legislação sobre direitos humanos o que deve, para os presentes efeitos, ser levado em conta.

Interveio o Senhor **Presidente** propondo, então, a constituição de um grupo de trabalho (GT), composto por três elementos, visando preparar o evento, a ocorrer durante o mês de julho do corrente ano.

Pediu a palavra a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** por entender que todos os Grupos Parlamentares deverem estar representados neste GT, evitando a necessidade de reuniões de ajustamento e revisão final e acelerando a consolidação do trabalho.

Considerada a proposta do PCP, foi votada e unanimemente aprovada a constituição de um GT tendo em vista a definição, preparação e organização de um evento que, integrado nas comemorações dos 20 anos da CPLP, promova a Língua portuguesa e a Cultura da lusofonia. Para tal efeito, os diferentes Grupos Parlamentares deverão indigitar os respetivos representantes e, de entre eles, cooptar o Deputado-coordenador.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** anunciando que tomará parte neste GT a Senhora Deputada Lara Martinho.

- O Secretário-geral do Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina solicita à CNECP que receba em audiência um grupo de estudantes (150), na sua maioria latino-americanos, da Universidade de Sciences-Po (Paris) que estarão de visita a Portugal e na AR no dia 19 de janeiro (terça-feira), estando agendada reunião na Sala do Senado, pelas 12h00.

Ficou nomeado o Senhor Deputado Carlos Gonçalves (PSD), na qualidade de Vice-presidente da Comissão, para representar a Comissão neste evento, ficando em aberto a possibilidade de os Senhores Deputados que assim o entendam poderem associar-se a esta iniciativa.

- De seguida, foi lembrado ter sido remetido um ofício (entretanto distribuído a todos os Deputados) para o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, pra viabilização das audições na CNECP dos embaixadores recém-nomeados para postos de representação no exterior.

- Finalmente, foi transmitido o pedido de audiência formal na Comissão, formulado pelo Senhor Hugo Barreto, secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, sob cuja tutela está o Museu da Língua Portuguesa, em S. Paulo. Para este efeito ficou consensualizada a data de 19 de janeiro, pelas 14 horas.

Ponto 2.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Jorge Moreira da Silva (PSD) para apresentar o Relatório e Parecer do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – Não é o momento de continuarmos como dantes_, COM (2015) 610, da sua autoria. Começou por aludir ao resultado da tradução do título desta iniciativa para língua portuguesa, por não ter sido o mais feliz em face do original em inglês. Sublinhando a relevância desta matéria no quadro das atividades da Comissão, entendeu dever existir alguma seletividade na escolha das matérias a escrutinar, dado o seu volume e a específica área de competências da CNECP. Assim, das dez prioridades constantes da iniciativa, defende que a Comissão dê atenção às seguintes cinco, seguindo a ordem de enumeração original:

1. Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento;
3. Uma União da Energia resiliente, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas;
6. Um acordo de comércio livre razoável e equilibrado com os EUA;
8. Rumo a uma nova política migratória;
9. Uma Europa mais forte na cena internacional.

Desdobrando as prioridades assinaladas, e considerando as vinte e três iniciativas previstas, defendeu que a Comissão monitorize oito delas, a saber:

(5) Próximas etapas para um futuro sustentável na Europa (iniciativa não-legislativa): pretende estabelecer uma nova abordagem para garantir o crescimento e a sustentabilidade económica, social e ambiental da Europa para além de 2020, tendo em conta a revisão da Estratégia Europa 2020 e a prossecução, a nível interno e externo, dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas

(7) Pacote «União da Energia» (iniciativa legislativa/não-legislativa): No seguimento da Estratégia-Quadro, este pacote é composto por: propostas legislativas relativas à configuração do mercado da eletricidade e ao quadro regulamentar, incluindo a revisão da Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER) e do regulamento relativo à segurança do fornecimento de eletricidade; a revisão do regulamento relativo à segurança

do aprovisionamento de gás e da decisão sobre os acordos intergovernamentais; a Decisão «Partilha de Esforços» e a integração do setor «utilização dos solos, reafetação dos solos e silvicultura» (LULUCF) no quadro relativo ao clima para 2030; um pacote relativo às energias renováveis (REFIT), incluindo critérios de sustentabilidade para a biomassa, e um pacote relativo à eficiência energética, incluindo a eficiência energética dos edifícios.

(16) Seguimento da Estratégia comercial e de investimento (iniciativa legislativa/não-legislativa): No contexto da Estratégia «Comércio para Todos» cujo objetivo é promover uma política comercial e de investimento mais eficaz e transparente com base em valores, a Comissão prosseguirá as negociações do TTIP com os EUA e os progressos no âmbito da OMC, prosseguindo a relação estratégica com a Ásia e assegurando que os APE são bem aplicados.

(18) Melhoria da gestão da migração (iniciativa legislativa/não-legislativa): A iniciativa tem duas dimensões: 1) Migração legal: uma comunicação e novas medidas legislativas, incluindo o alargamento da abordagem «Cartão Azul»; 2) Asilo e refugiados: proposta de um sistema estruturado de reinstalação de refugiados e revisão do sistema de Dublin em matéria de asilo.

(19) Pacote relativo à gestão das fronteiras (iniciativa legislativa/não-legislativa): O objetivo consiste em avançar no sentido de criação de uma guarda costeira e de fronteiras, tendo por base o reforço da Frontex.

(20) Quadro pos-Cotonou (iniciativa não legislativa): Novo quadro político para as relações com os países e regiões ACP.

(21) Reforço das capacidades no sector da segurança (iniciativa legislativa/não-legislativa): O pacote abrange a reforma do setor da segurança e um eventual novo instrumento específico de reforço das capacidades em prol da segurança e desenvolvimento de países terceiros.

(22) Contribuição da Comissão para a Estratégia Global (iniciativa não legislativa): A Comissão contribuirá ativamente para a estratégia global da política externa e de segurança sob a responsabilidade da Alta Representante/Vice-Presidente, com vista a uma melhor orientação da ação externa da UE.

Tendo exposto ampliativamente as motivações inerentes a cada uma das opções acima transcritas, o Senhor Deputado viria a concluir, considerando que o Relatório reunia condições para que pudesse ser aprovado, nos termos e para os fins legalmente considerados.

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para felicitar o autor do Parecer quer pelo trabalho produzido, quer pela exposição efetuada relativamente ao Programa de Trabalho. Além de aludir à infeliz tradução para língua portuguesa do título do Programa, sublinhou a importância que possuem as temáticas do desenvolvimento e da “vizinhança”, manifestando a sua curiosidade política relativamente à forma como os temas assinalados serão prosseguidos na Europa, no sentido de saber se haverá realmente uma mudança na política externa da União. A este propósito, acabaria por sinalizar a relevância que revestiria a audição em Comissão da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros na Comissão, até por constar do respetivo Plano de Atividades e de as circunstâncias do presente assim o aconselharem.

Interveio a Senhora **Deputada Assunção Cristas (CDS/PP)**, para felicitar o Senhor deputado autor do Parecer, tendo sublinhado que o seu Grupo Parlamentar se revê integralmente nas opções veiculadas no mesmo.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, tendo cumprimentado e felicitado o Senhor Deputado autor do Parecer em apreço, tanto pela forma como pelo teor do mesmo. Sublinhou que a sua crítica tem a ver exclusivamente com o documento europeu sob análise, relativamente ao qual o BE tem divergências políticas de fundo, designadamente por perpassar em todo ele uma gritante ausência de democracia no processo de tomada de decisão da União. Mais mencionou compreender as opções de escrutínio propostas no presente Parecer, nomeadamente a questão da energia, até pelo passado recente do próprio Relator.

Interveio seguidamente a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** que cumprimentou o Senhor Deputado autor do Parecer pelo excelente trabalho realizado. Assinalou, porém, a necessidade de conjugar as opções aventadas com a questão dos direitos humanos, a qual não é mencionada em parte alguma do documento de base, designadamente no âmbito das migrações e da globalização desregrada.

Finalmente, interveio o Senhor **Presidente** para felicitar o Relator pela qualidade evidenciada no seu trabalho, enfatizando a questão da segurança energética, enquanto matéria fundamental no âmbito do Plano de Atividades da Comissão.

Numa segunda intervenção, o Senhor **Deputado Jorge Moreira da Silva (PSD)** explicou que o seu trabalho se cingiu ao teor da Proposta apresentada pela Comissão europeia, embora não possua sobre a mesma uma posição acrítica. Aparentemente, e apesar dos títulos empregues, declarou esperar que pelo menos nalgumas áreas do Programa, as matérias possam ser tratadas de forma diferente do que vinham sendo no antecedente. Concordou dever ser produzido um inciso sobre direitos humanos no Relatório final, o qual corrigirá finda a reunião, em versão devidamente revista. Terminou, lembrando a previsão de que, em breve, o conjunto dos países da CPLP venha a tornar-se no terceiro maior produtor de hidrocarbonetos à escala global.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, com a abstenção do BE e a ausência do PCP.

Ponto 3.

Relativamente a este ponto, foi concedida a palavra ao **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** que apresentou a motivação do requerimento do seu Grupo Parlamentar, relacionado com a avaliação que produziu acerca da atual situação vivida no Médio Oriente e que é credora da sua maior preocupação. Torna-se, assim, necessário conhecer a posição oficial da política externa do Estado português, designadamente, acerca desta matéria. Mais afirmou nada ter a opor a uma eventual apresentação de requerimento em sentido idêntico por parte do PSD.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para formalizar a entrega de um requerimento do seu Grupo Parlamentar, solicitando a audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros nesta Comissão, o que só agora ocorre por ter ficado a aguardar a calendarização das audições regimentais. Mais afirmou que o debate sobre a situação no Médio Oriente deve ser discutido, mas pretende alargar o âmbito da discussão a outros fatores de risco que com este se interrelacionam, de forma a aferir os seus reflexos na política externa portuguesa.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para declarar nada ter a opor relativamente à aprovação de ambos os requerimentos, dada a relevância dos temas e tendo em conta a necessidade de alargar a discussão de um conjunto de temas que, afinal, haviam já sido afloradas pelo senhor Ministro .

Interveio a Senhora **Deputada Assunção Cristas (CDS/PP)** para concordar, também, com a aprovação de ambos os requerimentos apresentados, chamando ainda a atenção para a conveniência na antecipação para finais de janeiro de uma primeira audição regimental, onde se discutissem as linhas gerais de orientação governativa em sede de política externa, podendo aprofundar-se as demais questões, incluindo as que constam do requerimento do BE.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente** para sugerir a antecipação da segunda audição regimental proposta pelo MNE e prevista para abril, para momento anterior à especificamente dedicada ao Orçamento de Estado, discussão esta que, por força das circunstâncias do início da legislatura, acaba por condicionar a calendarização sob análise.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** que relembrou a relevância da situação da Venezuela, por cujo círculo foi eleito.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para assinalar alguma estranheza pelo facto de a proposta de calendarização prever a realização da quarta audição regimental para um momento em que, previsivelmente, deverá ter lugar o debate parlamentar sobre o estado da Nação. Concorda que seria preferível agendar a primeira audição para o início de fevereiro, hipótese que, a materializar-se, acarretaria na retirada do requerimento do seu Grupo Parlamentar.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para sublinhar a preferência pela antecipação da primeira audição regimental.

Interveio o Senhor **Presidente**, tendo proposto o oficiamento do Senhor Ministro no sentido de avaliar a possibilidade de antecipar a primeira regimental, em substituição da que se encontra prevista para o mês de abril. Neste seguimento, ficaria suspensa a votação dos requerimentos de BE e PSD, até reapreciação do assunto, com base na resposta que viesse a ser obtida do MNE. O procedimento proposto colheu a concordância de todos os Grupos Parlamentares.

Ponto 4.

Neste ponto, foram lidos os projetos de atas referentes às reuniões assinaladas na Ordem do Dia, as quais, uma vez submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

Ponto 5.

Pediu a palavra a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, solicitando que, futuramente, todas as suas intervenções possam ficar convenientemente registas em Ata.

Neste seguimento, interveio o Senhor **Presidente** para averiguar se a Senhora Deputada pretendia rever o registo de algumas das reuniões e efetuar as emendas que entendesse necessárias.

Clarificou a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** não existir tal necessidade, bastando o alerta produzido para situações futuras.

Interveio, ainda, o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** solicitando, sempre que possível, que se evite o envio de sucessivas Ordens do Dia durante a semana, por ser suscetível de gerar confusão.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para declarar a sua preferência pela sucessiva atualização das Ordens do Dia, sempre que necessário, de forma a que possa haver tempo para estudar as matérias que delas possam constar.

Interveio o Senhor **Deputado Carlos Gonçalves (PSD)** manifestando preferência pelo envio da Ordem do Dia, ainda que incompleta.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** sugerindo à Comissão, na pessoa do seu Presidente, a redação de uma carta expressando pesar pelo atentado terrorista ocorrido hoje na Turquia, a ser remetida pelos canais diplomáticos apropriados, não só à Turquia, como aos restantes países cujos cidadãos tenham sido vitimados por este acontecimento.

Por incumbência direta do Senhor **Presidente**, ficaram os Serviços mandatados para elaborar um projeto de missiva o qual, uma vez consensualizado o respetivo teor com os diferentes Grupos Parlamentares, deveria ser remetido às representações diplomáticas dos países concretamente envolvidas.

Finalmente, interveio o Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)**, questionando sobre se existiria algum conveniente em associar o Grupo de Amizade Portugal/Brasil e os Deputados da Assembleia Parlamentar dos países da CPLP à audiência do Senhor Hugo Barreto, da Fundação Roberto Marinho.

Em resposta, e uma vez auscultada a opinião dos restantes Deputados, declarou o Senhor **Presidente** não existir qualquer inconveniente ao pedido formulado pelo senhor Deputado Carlos Páscoa.

A finalizar, lembrou o **Senhor Presidente** que a próxima reunião terá lugar no dia 12 de Janeiro, pelas 16 horas. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160112.mp3

Palácio de S. Bento, 12 de Janeiro de 2015

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra

Assunção Cristas

Carlos Alberto Gonçalves

Carlos Páscoa Gonçalves

Domicília Costa

Filipe Lobo D' Ávila

Gabriela Canavilhas

Joana Lima

Jorge Moreira da Silva

José Cesário

Lara Martinho

Paula Teixeira da Cruz

Paulo Neves

Paulo Pisco

Pedro Filipe Soares

Sérgio Sousa Pinto

Berta Cabral

Bruno Coimbra

Carla Cruz

Fernando Jesus

Fernando Negrão

Wanda Guimarães



Faltaram os Senhores Deputados seguintes:

Alberto Martins

Isabel Santos

João Oliveira

Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões

Maria Germana Rocha

Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 16/02/2016.